

Depoimento da antropóloga Cecília Maria Vieira Helm à Comissão da Verdade sobre os castigos, as atrocidades cometidas pelos órgãos SPI/Funai, por governadores do Estado do Paraná, por fazendeiros/madeireiros, contra os povos indígenas Kaingang, Guarani e Xetá, no Paraná(1946-1985).

Curitiba, 13/6/2013

Agradeço o convite da Comissão da Verdade, para dar apoio aos membros desta Comissão, a fim de informar sobre as atrocidades, os castigos, as irregularidades, os abusos cometidos contra os povos indígenas, inclusive os que contrariam os textos das Constituições Federais, do Estatuto do Índio, que o antigo SPI e a Funai cometeram e cometem contra as etnias indígenas que vivem no Brasil e ocupam terras tradicionais.

Sou grata, especialmente aos doutores ilustres, Olympio de Sá Sotto Maior, Procurador da República do Estado do Paraná e Luiz Édson Fachin, Professor titular da Faculdade de Direito da UFPR e Presidente da Academia de Ciências Jurídicas deste Estado. Há vários anos, aprendi a respeitar e admirar estes notáveis especialistas da área do Direito.

A Antropologia e o Direito têm se aproximado, tratam sobre fatos e leis. Os direitos históricos dos índios são estudados pelos advogados e pelos antropólogos. Cursos têm sido organizados na UniBrasil e UFPR, inclusive um deles coordenado pelo Prof. Fachin, no qual tive a satisfação de falar sobre a importância da produção acadêmica sobre *fatos e leis*, em que inspirada em Geertz elaborei o meu texto sobre "*Disputa na Justiça pelas terras de ocupação Kaingang e Guarani, a decisão judicial*". Participei de viagens a campo realizadas por membros da Procuradoria, em passado recente. Dr. Olympio me convidou, estivemos em uma reunião na Terra Indígena Mangueirinha, no Paraná. Trocamos informações, ouvimos os relatos dos Kaingang e Guarani de Mangueirinha. Também o Dr. Mário José Guisi, ex- Procurador Chefe da Justiça Federal de Curitiba me convocou e viajei junto com o Dr. Derli Fiuza, Procurador da Funai, participamos de audiência pública em São Jerônimo da Serra sobre questões de invasões da terra indígena na Reserva Barão de Antonina. O

Dr. Alcides Munhoz e Dra. Antônia Lélia Krueger da Procuradoria da Justiça Federal de Curitiba solicitou e participei de reunião na Terra Mangueirinha, para documentar a venda de madeiras de lei que estava ocorrendo nesta terra, principalmente pelo índio Gabriel, autoridade do Posto. Foi alugado um helicóptero para que pudéssemos observar e fotografar os clarões que existiam na mata em toda a área da Reserva.

Mais uma vez, sou convidada por especialistas ilustres, para contribuir com o meu conhecimento, com a minha experiência acumulada em pesquisa, durante 40 anos, para o esclarecimento de fatos que ocorrem nas relações entre índios e não índios, descritas como relações de contato.

No início da década de sessenta, realizei Curso de Especialização em Antropologia Cultural, no Museu Nacional da então Universidade do Brasil, durante doze meses, 1962-3, na Cidade do Rio de Janeiro, dirigido por R. C. de Oliveira. O curso havia sido criado por Darcy Ribeiro. Elaborei um Projeto de pesquisa sobre os Kaingang, como trabalho de conclusão do curso e fui apoiada na UFPR pelos Profs. Drs. José Loureiro Fernandes e Brasil Pinheiro Machado da UFPR.

Dados históricos:

No Paraná, as etnias Kaingang e Guarani habitam em Postos Indígenas, localizados no interior e no litoral. Os mais antigos foram criados na década de quarenta nas regiões Oeste e Norte Velho, mais tarde surgiram Postos nas proximidades de Londrina. Os criadores de gado, os fazendeiros que se estabeleceram nos campos gerais, na região de Guarapuava, chegaram em 1810, integravam a expedição militar e colonizadora que ergueu Atalaia e tinha como missão a defesa das fronteiras, a catequização dos índios, a ser realizada pelo Padre Francisco das Chagas Lima. Os indígenas que não se submeteram às ordens das autoridades foram se estabelecer nos Campos de Palmas, outro grupo se dirigiu para o Covó, junto ao rio Iguaçu, na região de Mangueirinha. A Colônia Militar do Chopim foi tb criada nas proximidades de aldeias indígenas.

Os indígenas viviam em toldos, aldeias, junto aos rios Iguazu e seus afluentes. Com a expansão das frentes pioneiras para o Norte do Paraná, surgiram Postos nas proximidades de Londrina, no Rio Tibagi e seus afluentes. No Norte Velho existiram aldeamentos, como em São Jerônimo da Serra. No centro do Paraná, na região do Rio Ivaí tb foram criados Postos Indígenas. Os antigos aldeamentos de Palmas, de São Jerônimo foram transformados em Postos, pelo SPI.

Pesquisa de campo, nas décadas de sessenta e setenta:

O meu diálogo com as etnias indígenas no Paraná, na década de sessenta, se iniciou no mês de novembro de 1964.

Obtive permissão na Delegacia do Serviço de Proteção aos Índios, localizada em Curitiba, na Rua Ébano Pereira, para visitar o Posto Indígena *Rio das Cobras*, antiga Reserva Interventor Manoel Ribas. O dirigente, o indigenista, Dival José de Souza, aprovou o meu pedido, para realizar pesquisa neste Posto, situado no município de Laranjeiras do Sul, hoje Nova Laranjeiras. Dival José de Souza havia acompanhado o Prof. José Loureiro Fernandes em viagens a Serra de Dourados no rio Ivaí, para pesquisar, documentar os índios Xetá, descobertos na década de cinquenta.

O meu Projeto de pesquisa objetivava estudar, interpretar as relações interétnicas que ocorriam entre índios e não índios, com fundamento na teoria do conflito, nas relações antagônicas que existiam no Brasil e em outros países, como na África, entre negros e brancos, para desvendar as relações de fricção interétnica. A teoria da fricção interétnica de R. C. de Oliveira inspirava o pesquisador a observar o conflito, estar atento às explorações que ocorriam da mão de obra indígena de parte dos não índios. A política oficial visava a integração do índio. Na Antropologia vigoravam teorias de caráter aculturativas, a ênfase era a mudança cultural.

Viajei de Curitiba a Laranjeiras do Sul até o Posto Interventor Manoel Ribas em um jeep do Museu de Arqueologia e Etnologia do departamento de Antropologia, cedido pelo Dr. Loureiro Fernandes. O seu motorista, senhor Afonso, nos conduziu até a região onde estava situado o Posto junto ao Rio das Cobras.

No Posto Interventor Manoel Ribas como registrei em diário de campo, fui recebida pelo encarregado Raul de Souza Bueno e por sua família. O diário de campo e as cadernetas usadas pelos antropólogos para registrar suas observações são documentos que ajudam a recordar o que foi anotado, durante a pesquisa de campo, em 1964. Posso afirmar que a jovem antropóloga estava apreensiva se iria dar conta de observar, registrar os fatos que ocorriam naquele local, para em gabinete escrever a sua etnografia sobre os Kaingang.

Hoje, esta antropóloga, já idosa, percebe a importância das pesquisas realizadas em sua mocidade, os relatos que se encontram descritos em seus diários servem para narrar a vocês, sob a forma de depoimentos, o que ocorria no Paraná, em termos de relações entre índios e não índios, o quanto eram antagônicas as relações, o conflito, os castigos corporais, a exploração da mão de obra indígena, os arrendamentos, as invasões das terras ocupadas tradicionalmente pelos indígenas. A política posta em prática pelo Serviço de Proteção aos Índios se transformou, apesar das ideias do indigenista Rondon, em uma política de exploração das etnias indígenas.

Também em minha tese para obter o título de Docente Livre, em 1974, defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR elaborada com fundamento na teoria do conflito, das relações antagônicas que ocorriam na situação de contato, descrevi e interpretei os fatos observados nas aldeias indígenas dirigidas por funcionários do SPI, despreparados, que objetivavam obter lucro nas atividades agrícolas desenvolvidas nas terras indígenas, em que usavam a mão de obra indígena para ser produzida a roça do posto e os Kaingang só eram liberados para o cultivo de suas roças, depois de executarem todos os serviços exigidos pelo Encarregado do Posto.

Ocorriam castigos corporais, como o uso do tronco aplicado aos kaingang que divergiam, não cumpriam as ordens do Encarregado do Posto. O funcionário Raul de Souza Bueno era o chefe do posto e explorava os índios, obrigava cada homem e mulher a trabalhar para o posto. Neste posto trabalhavam o Encarregado, sua mulher dona Leonor, professora da Escola Indígena, o filho mais velho do casal, também professor, seus irmãos, Davi Bueno era o enfermeiro, todos controlavam e exploravam a mão de obra indígena. Era um sistema de exploração violenta, os kaingang viviam em constante tensão, sempre com medo do que poderia ocorrer com eles. O cacique, o *Major* Henrique Fernandes e a polícia indígena aplicavam os castigos determinados pela chefia do Posto. Na área que fazia limite com o Posto Indígena havia uma sede da Igreja Cristianismo Decidido, em que os adeptos dessa religião contratavam índios kaingang para ensinar a língua para eles, que estavam redigindo uma cartilha em Kaingang e foi redigida a Bíblia dos crentes na língua Kaingang. Perguntei o que achavam dos castigos corporais que eram aplicados nos índios e índias e me responderam que não interferiam na administração, se o chefe mandava colocar no tronco era porque não obedeciam às ordens, ingeriam bebidas alcoólicas e ficavam bêbados.

Havia a cadeia para os que não cumpriam as ordens, os presos eram obrigados a realizar tarefas no Posto, como limpeza dos caminhos e outras atividades impostas pela chefia.

Nesta Reserva entrevistei o Kaingang João Vicente Capanema, natural do PI Mangueirinha, PR que fora transferido, porque não aceitava o fato ocorrido em 1949, quando por decisão dos Governos Federal e estadual foram reduzidas as terras indígenas e o Posto Cacique Capanema, em Mangueirinha, teve a sua área do centro da Reserva retirada dos índios e a Fundação de Terras e Colonização do Estado do Paraná se apropriou dessa área que mais tarde foi negociada e a parte do centro foi ocupada por um fazendeiro/madeireiro, que adquiriu do Grupo Empresarial dos Fortes/Khury as terras do centro da Reserva Indígena.

João Vicente, bisneto de Antonio Joaquim Cretan (HELM, 1996, 2011), sabia relatar todas as atrocidades que haviam ocorrido na Reserva Cacique Capanema e na Reserva Rio das Cobras, para onde foi transferido,

com sua família. Ser transferido de uma terra para a outra é um dos castigos impostos ao índio que desobedece às ordens do Posto.

Neste Posto, visitei as aldeias e as casas habitadas pelos indígenas, usava um jeep do departamento de Antropologia cedido pelo Dr. José Loureiro Fernandes. Auxiliada pela aluna de Ciências Sociais que me acompanhou na viagem a campo, elaboramos o censo da população aldeada, aplicamos formulários em cada família e pudemos registrar que os atritos estavam ocorrendo, uma vez que os indígenas viviam em constante medo devido à maneira severa como eram tratados pela administração, pelo encarregado do Posto Indígena.